



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
Curso de Geografia**

**LARA PEREIRA DE CASTRO**

**NARRATIVAS DA REALIDADE E DA FICÇÃO PARA PENSAR  
O ESPAÇO: A GUERRA DE SECESSÃO E “E O VENTO LEVOU”.**

**Uberlândia, 2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**Curso de Geografia**



**LARA PEREIRA DE CASTRO**

**NARRATIVAS DA REALIDADE E DA FICÇÃO PARA PENSAR O  
ESPAÇO: A GUERRA DE SECESSÃO E “E O VENTO LEVOU”.**

Monografia de Bacharelado em Geografia da  
Universidade Federal de Uberlândia, como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

**Uberlândia, 2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas que passaram por minha vida no decorrer desses anos acadêmicos e que contribuíram de alguma maneira tanto na minha formação acadêmica quanto na minha formação como indivíduo. Agradeço a todos que fizeram ou ainda fazem parte da minha vida e que de alguma forma transmitiram palavras sobre os mais diversos conhecimentos sobre a vida – aqueles que passaram brevemente, aqueles que se demoraram antes de ir e aqueles que ainda permanecem.

Agradeço ao professor Tulio Barbosa, pois sua orientação e motivação foram de importante ajuda para a conclusão desse trabalho.

**RESUMO:** Este trabalho consiste na análise da obra estadunidense “E O Vento Levou” (1936), se preocupando em evidenciar como a estética literária (e cinematográfica) pode influenciar o modo de pensar cientificamente a respeito do que foi o sistema escravocrata americano. A proposta foi trazer o tema da obra de Margaret Mitchell para o tempo presente e realizar uma conexão com os atuais problemas sociais ocasionados pela preservação da memória escravagista através de símbolos que ao mesmo tempo que retratam a história dos sulistas estadunidenses, apagam a história do negro como vítima de uma sociedade forjada na diferença da cor da pele – no racismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Estética. Literatura. Geografia.

**ABSTRACT:** This work consists in the analysis of the American work “Gone With the Wind” (1936), worrying about showing how the literary (and cinematographic) aesthetics can influence the way of thinking scientifically about what was the American slavery system. The proposal was to bring the theme of the work of Margaret Mitchell for the present time and to make a connection with the current social problems caused by the preservation of slavery memory through symbols that at the same time depicting the history of the Southerners Americans, erase the history of the Negro as a victim of a society forged in the difference in the color of the skin – in racism.

**KEY WORDS:** Memory. Aesthetics. Literature. Geography.

“Você não deveria ser tão cego com o patriotismo a ponto de não conseguir encarar a realidade. Errado é errado, não importa quem o faz ou diz.” (Malcolm X)

“Esse amor nunca existiu senão em minha imaginação. Eu amei apenas uma coisa que construí e que está tão morta quanto Melanie. Eu vesti essa ficção com lindas roupas e apaixonei-me por ela. Quando Ashley surgiu, montado a cavalo, tão formoso, tão diferente, eu o vesti com as roupas de minha fantasia e obriguei-o a usá-las, assentassem-lhe bem ou não. Nunca quis ver que ele era na realidade. Continuei a amar as lindas vestes... mas não a ele.” (E O Vento Levou – Margaret Mitchell)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - ANTECEDENTES DA GUERRA DE SECESSÃO .....	9
CAPÍTULO 2 - A GUERRA DA SECESSÃO ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO	21
CAPÍTULO 3 - MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca evidenciar a contribuição da ficção em perpetuar e fornecer versões alternativas de um fato, conforme agrade ao autor a cerca das memórias de um passado que serão inseridas na imaginação de um público que muitas vezes terá seu primeiro contato com determinado tema não- ficcional através da ficção. No caso dessa pesquisa, será analisada a sociedade da região Sul dos Estados Unidos durante o período histórico que compreendeu a Guerra da Secessão por meio da obra literária e cinematográfica “E O Vento Levou”, da escritora Margaret Mitchell. Ademais, propomos refletir como a literatura pode, inclusive nos dias atuais, ser responsável por propagar verdades incompletas e inconscientemente modelar a visão que as pessoas possuem a respeito da história, romantizando o lado opressor.

A importância desse trabalho se deve a relação que aparentemente é distante entre a estética e a ciência. Dessa forma, devido a essa importância torna-se necessário analisar a obra, seja enquanto filme ou livro, uma vez que ambas possuem uma estética que revela os laços escravocratas nos mínimos detalhes. Desse modo, esses laços escravocratas não podem ter a compreensão de uma data fechada, de uma questão que foi interrompida, pois é fundamental compreender os temas do livro como um processo histórico ainda aberto e em curso.

É justamente esse período histórico a ser analisado por meio do percurso das personagens no ambiente do romance que efetiva uma crítica às formas como a espacialidade escravocrata pode ser inserida ainda hoje na lógica cultural. Nesse sentido, o presente trabalho constitui-se como um instrumento para denunciar uma sociedade escravocrata, e também apontar os problemas estruturais do racismo na sociedade brasileira.

O trabalho deriva das nossas questões que tem como centralidade a crítica entre a relação da estética e da ciência com a forma e conteúdo, ou seja, a expressão do romance e a efetivação das personagens, pelo filme, trouxeram uma simbiose para os temas e problemas quanto ao imaginário do mundo do trabalho. Não entramos nas questões referentes ao mundo do trabalho, mas alertamos que os emblemas e símbolos dessa obra são tão fortes que ainda vociferam sobre a imaginação dos trabalhadores e dos patrões. Nesse entendimento, podemos aventar a hipótese de que a escravidão foi revivida esteticamente pelo livro e pelo filme. Escravidão que teve novo direcionamento e possibilitou reviver com

relativo gozo e sofrimento aquele período empreendido por guerras e mortes.

A obra trouxe a escravidão não mais como um problema mas como uma condição humana. E é justamente essa condição que apresentamos como problema, isto é, a escravidão é uma exploração que precisa ser refutada em todos os níveis. Tendo isso em vista, esse trabalho justifica-se por refutar qualquer forma de opressão. Refutação que se dá pela denúncia de uma estética romanceada que colabora para a escravidão ser humanizada. Desta forma, denunciaremos que a escravidão é desumana e que o livro, depois o filme, trouxe uma condição de perigo para a constituição de uma memória escravocrata.

Esse trabalho tem como objetivo central denunciar qualquer forma de racismo e preconceito, de modo que organizamos o trabalho em três capítulos, os quais tiveram como direcionamento a crítica demonstrada pelos processos históricos, geográficos e estéticos.

O primeiro capítulo intitulado “Antecedentes da Guerra da Secessão” realizará um breve histórico sobre os antecedentes que culminaram na formação e independência dos Estados Unidos e suas consequências que levaram o país a se dividir economicamente e, por consequência, política e socialmente, conforme as diferentes características físicas de suas regiões (Norte e Sul). As duas regiões citadas mantinham interesses distintos em suas relações internacionais.

No segundo capítulo “A Guerra de Secessão entre a realidade e a ficção” será realizado uma análise da obra literária/cinematográfica “E O Vento Levou” buscando, através da memória forjada na ficção, evidenciar como a sociedade sulista pré-guerra lidava com a questão do negro e da escravidão.

Por fim, o capítulo 3 “Memória e História” tratará de como a literatura pode ser capaz de favorecer involuntariamente ou propositalmente a história do opressor enquanto apaga a figura do oprimido. Para exemplificar essa justificativa, serão expostas casos atuais de exaltação de uma cultura que apesar de ter ferido os direitos básicos do ser humano, por questão de uma diferença de cor de pele, ainda é vista como uma herança a ser defendida e perpetuada.

## CAPÍTULO 1

### ANTECEDENTES DA GUERRA DE SECESSÃO

O primeiro ponto para refletirmos é: como a realidade pode ser configurada com termos não propriamente reais? Como podemos compreender a realidade de um dado momento sem necessariamente termos todos os elementos da mesma? Essas questões são vitais para o presente trabalho, já que buscamos compreender uma estética ficcional, porém como parte de uma realidade histórica. Todavia os elementos de ficção compõem um quadro de informações que podem, ou não, fornecer um novo olhar sobre a realidade histórica. Se podem influenciar um entendimento tendenciosos, elitista, que mascar a verdade dos fatos, temos um problema que precisa ser refletido dentro da ciência e da história, caso não seja possível alterar temos outro problema, pois a obra de ficção não conseguiu atingir o imaginário das pessoas. Não é o caso do presente livro.

A obra “E o Vento Levou” escrita por Margaret Mitchell, publicado em 1936, relata a história da sociedade do Sul estadunidense, durante e após a Guerra da Secessão. A história é focada na personagem Scarlet O’Hara, filha de um rico fazendeiro imigrante, que durante e após a guerra se transforma de menina mimada à mulher prática que se adapta aos novos costumes que estão sendo impostos a sociedade sulista.

A autora, Margaret Mitchell, nascida em Atlanta, no ano de 1900, teve a ideia do romance por meio das histórias que eram contadas por seus familiares sulistas. A obra levou dez anos para ser escrita, e durante esse período, Mitchell procurou entrevistar os moradores do Sul e estudar sobre o período em que sua história se passa. Devido à sua grande popularidade, a obra “E o vento levou” se tornou para a maioria dos estadunidenses o relato mais convincente sobre o período Guerra Civil, mesmo sendo um relato romantizado e até certo ponto ficcional. Nos anos seguintes de sua publicação, a obra influenciou na percepção das mulheres estadunidenses sobre seu próprio papel dentro da sociedade patriarcal. Apesar de seu enorme sucesso, a obra ainda é mal vista por parte da população norte-americana por ser um romance sobre o Sul e ocultar detalhes importantes sobre a história da escravidão, romanceando, em determinado ponto, até mesmo esta.

Esse livro teve impacto considerável na formação de uma realidade histórica que foi recontada ficcionalmente. São novos personagens que fundamentam pensar os processos históricos, pois antes já era tradicional na historiografia estadunidense relatos de soldados, escravos e sobreviventes civis, mas ainda não havia sido construída uma narração a partir de uma mulher rica do sul dos Estados Unidos. Esses elementos ou detalhes inéditos fizeram com que o livro em pouco tempo fosse considerado um relato histórico e não mais uma obra de ficção.

A relação entre a obra e a realidade produziu uma estética que apresenta uma formulação em como pensar os processos históricos. Desse modo, a seleção dos personagens, do enredo e do espaço geográfico tem peso na compreensão do que é, de fato, real, e, portanto, significativo para constituir-se uma verdade. A ficção pode mesclar a realidade com uma nova estética, culminando numa “verdade” que a maioria dos leitores passam a dar crédito. Diante disso, temos outra questão: como a literatura atingiu aos não leitores quanto aos apontamentos ficcionais da Guerra Civil?

A Guerra Civil tem que ser pensada dentro dos limites e das exigências daquele período nos Estados Unidos. A obra “E o Vento Levou” trouxe novas modalidades estéticas para refletir a Guerra Civil, ao mesmo tempo em que apresentou um plano civilizatório a partir do Sul. Também evidenciou o sofrimento e os problemas da guerra para as mulheres. Mas devemos entender que a Guerra Civil ocorreu devido aos interesses contraditórios entre os estados do Norte e do Sul. Os países industriais do Norte concordavam com uma cobrança de tarifas alfandegárias visando uma política protecionista que dificultava a importação de produtos de outros países. Ao contrário do Norte industrial, os sulistas possuíam uma economia agrária-exportadora, portanto defendiam uma política livre-cambista, para que pudessem comprar produtos manufaturados de quem vendesse mais barato, sem aceitar que estes produtos viessem do Norte, e exportar suas plantações, que constituíam na sua principal fonte de renda, sem taxas alfandegárias. Devido à extensa agricultura, o Sul necessitava cada vez mais de mãos de obra para suas fazendas e, uma vez que visualizavam a si mesmos como pertencentes a uma elite ociosa e culta. Consideravam os escravos negros mais aptos para o trabalho pesado e ao sol. Além de servirem de mão de obra, os escravos também constituíam em mercadorias lucrativas para os proprietários de terra.

O presente trabalho tem como objetivo compreender a Guerra Civil Americana, conhecida também como Guerra de Secessão. Tal conflito ocorreu entre os anos de 1861 e 1865 nos Estados Unidos. Desta forma, a compreensão da guerra se dará por dois

caminhos: pelo processo histórico e geográfico, consorciado com a literatura e com o cinema. Desse modo, entendemos que os processos científicos e as formulações estéticas têm muito para clarificar a compreensão da guerra.

A Guerra de Secessão teve consequências diretas para os Estados Unidos influenciando também outros países e, posteriormente, fundando uma nova forma de organização dos Estados com ampliação do livre comércio e a livre iniciativa, o que ocasionou maiores poderes econômicos e políticos para aqueles que detinham os meios de produção e substituindo o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. A importância desse entendimento se dá pela dinâmica política e os valores dessa política que influenciou decisivamente o mundo, em outras palavras, esse trabalho é mais do que justificável, pois a partir das consequências da guerra conseguimos compreender os valores econômicos e políticos que se propagaram pelo mundo e fizeram com que os Estados Unidos fosse, como é ainda, a maior potência do mundo. A Guerra da Secessão trouxe para o capitalismo a industrialização, constituindo-se a mola central para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que subornou o setor agrícola aos interesses da elite urbana. O Norte vencedor fez com que o capitalismo, a partir dos Estados Unidos assumisse uma postura urbana com ampliação permanente das necessidades industriais e com isso ampliasse as relações nacionais e internacionais quanto aos produtos produzidos a partir das indústrias americanas.

Ao elegermos o livro “E O Vento Levou” lançado nos Estados Unidos no ano de 1936 (*Gone with the Wind*) de Margaret Mitchell temos a relação entre a realidade do discurso histórico e a ficção a partir das narrativas literárias. Essa dinâmica nos permite compreender também a ficção como um recurso que efetiva uma estética e fundamenta uma forma de enxergar os problemas oriundos da história real por meio dos discursos narrativos empreendidos pelas personagens criadas pela autora Mitchell.

A relação entre os processos históricos, geográficos, políticos e culturais aparecem também no livro de Mitchell. Deste modo, objetivamos compreender as transformações que ocorreram nos Estados Unidos após a guerra e como essas transformações foram propagadas pelo país citado. A literatura, além de ser uma arte que trata de uma narração sobre determinado período. No tocante a essa questão, a obra “E o Vento levou” nos apresenta a visão de uma mulher sulista, ou seja, o livro nos oportuniza refletir sobre as relações de poder a partir de uma escritora que olha o mundo pelo seu lugar. Não se trata apenas de refletir sobre a visão daqueles que perderam a guerra, mas, sobretudo, como foi reconstruída a narrativa por uma mulher que ouviu muito sobre a guerra e que

conseguiu pela obra demonstrar o que os Estados Unidos “perdeu” em termos de sul. Essa perda narrada pela escritora não é apenas uma forma de lamentar, mas de apresentar como os valores sulistas foram subtraídos para novos valores, os do Norte. Todavia, entendemos que essa construção do país pela literatura de Mitchell teve um impacto significativo no questionamento dos próprios valores dos Estados Unidos ora duvidando do norte vencedor ora imaginando o sul como possibilidade de outros valores.

O livro “E O Vento Levou” trouxe questões que estavam apenas nas conversas e no imaginário do sul dos Estados Unidos, ao reunir tantas personagens a autora promoveu novamente o Sul como possibilidade de país, tendo os valores agrários e conservadores como sentido existencial e o planejamento econômico muito mais forte a partir dos laços da tradição do que da própria produção industrial. A personificação da economia nos sujeitos, apresentada pelo livro, é bem diferente da economia sem sujeitos dos vencedores do Norte. E esse ponto é de extrema importância por compreendermos que o livro foi escrito em plena crise econômica, o *Crash* da Bolsa de Nova Iorque de 1929.

A quebra da bolsa de valores levou ao declínio a economia ocidental capitalista e nos Estados Unidos uma onda de desemprego, pobreza e morte assolou todo o país. O livro “E O Vento Levou” foi escrito no momento histórico citado onde inúmeros intelectuais e pessoas comuns discutiam a ganância do capitalismo e sua voracidade. O livro, mesmo tratando de um período de extrema exploração humana por meio da escravidão, tenta dar subsídios “humanizados” para tratar essas questões. Mitchell busca uma resposta para a crise de 1929 ao retornar para o tema da guerra que dividiu os Estados Unidos e operacionalizou outros valores sociais, econômicos, políticos e culturais.

Neste sentido, temos dois antecedentes para pensarmos: da guerra e do livro. O livro foi escrito no momento de decadência econômica e de questionamentos múltiplos dos próprios valores nacionais. A quebra da bolsa de Nova Iorque jogou todo o liberalismo dos Estados Unidos que vinha sendo construído para longe. Desta forma, o livro apresenta ao mesmo tempo uma tentativa de rememorar os fatos históricos e recontar os valores que foram perdidos, os quais culminaria na grande depressão. Obviamente, que a autora não explicita isso, porém as condições dadas de sua escrita em meio a tragédia social e econômica, quando comparada aos acontecimentos da guerra que a mesma narrou evidencia, uma tentativa de explicar os fracassos econômicos, políticos e sociais a partir de 1929.

A crise de 1929 foi antecedida por momentos de euforia com o capital fictício e o aumento significativo das ações na bolsa de valores de Nova Iorque, o que levou ao investimento crescente nesse tipo de negócio. Entretanto os valores elevados eram irrealistas e não tinham lastro com o mercado, em pouco tempo a bolha especulativa estourou e aqueles que tinham investido nas ações de inúmeras empresas na esperança do dinheiro fácil viram ruir todas as suas economias e como um dominó em cascata a quebra da bolsa levou à falência de muitas empresas e conseqüentemente o desemprego em massa. Neste sentido, Mazzucchelli (2008, p. 61) entendeu que:

No final da década de 1920 e início da de 1930, era ainda limitado o grau de regulação e controle exercido pelas autoridades monetárias sobre o conjunto dos sistemas financeiros. Nos Estados Unidos — o epicentro do terremoto de 1929-1933 — era destacada a proliferação de bancos de pequeno e médio porte, muitos deles fora da área de supervisão do Federal Reserve. Ao mesmo tempo, a inexistência de um “muro de contenção” entre os bancos comerciais e os bancos de investimento permitiu que os primeiros se envolvessem em operações de alto risco, comprometendo de modo temerário os recursos dos depositantes [...]

A impessoalidade do capitalismo, como apresentou Mazzucchelli (2008), é denunciada de forma velada pela autora Mitchell ao relacionar sempre as origens da produção agrícola com as condições reais, ou seja, a autora enfatiza a produção e o lastro dessa com valores econômicos reais os quais se distanciam daquilo que se tornou os Estados Unidos em 1929. A autora imprime uma crítica ao sistema econômico e político vencedor ao apresentar as fazendas, os fazendeiros e fazendeiras do sul dos Estados Unidos. Essa apresentação vem completa, isso é, narra os modos de vida, os costumes, as relações que ela denomina de ética entre brancos e negros.

A autora subtrai a violência e a dureza da escravidão ao fundamentar seus argumentos na ideologia sulista, sem explicitar que realiza tal trabalho. O livro também é uma homenagem ao trabalho como forma de atacar diretamente aquele momento de 1929 no qual a especulação parecia ser a única coisa que poderia dar prosperidade para as pessoas. Como resposta a esse momento, a autora enfatiza o trabalho duro como recuperação das catástrofes, ao mesmo tempo salienta o lastro entre esse trabalho e a qualificação do mesmo para com as propriedades rurais, ou seja, a riqueza existe de forma real no trabalho que se efetivava nas lavouras.

A crise de 1929, segundo Mazzucchelli (2008), prejudicou também os setores agrícolas nos Estados Unidos. A grande massa de trabalhadores que se deslocaram das áreas rurais para os centros urbanos passaram uma imagem de decadência. Essa imagem influencia diretamente a autora Mitchell, visto que as levas de trabalhadores desempregados e famintos se concentraram nas cidades. É importante compreendermos o momento da escrita do livro para conseguirmos relacioná-lo como uma narrativa ficcional que trouxe uma realidade, pois esses antecedentes econômicos daquele contexto moveram a autora em temas e problemas não da guerra civil, mas, sobretudo, tais temas e problemas que a mesma vivenciava.

Para os leitores de 1936, que estão passando por uma série de problemas econômicos, [...] devido à queda da Bolsa de Valores e ao período posterior à Depressão, que levou ao desemprego de milhões de americanos, não era difícil entender o que havia ocorrido com o antigo fazendeiro, de 1865, que perdeu sua propriedade – consequentemente sua fonte de renda – pois ambos estavam, embora em tempos diferentes, em uma situação similar. O primeiro perdeu seu emprego devido aos cortes que as empresas tiveram que fazer para manter-se funcionando e não tem como sustentar sua família; já o segundo, voltou da Guerra em que foi derrotado e o dinheiro da Confederação não vale mais nada; além disso, sua fazenda está destruída e os impostos sobre ela cada vez mais caros, impossibilitando-o assim de manter o padrão de vida que possuía antes da guerra. (RAMOS, 2012, p. 22)

Mitchell também para escrever “E o Vento Levou” realizou ampla pesquisa e a escrita da obra de ficção durou quase uma década. A autora teve acesso a vários documentos e entrevistou inúmeras pessoas para que a obra fosse fiel as narrativas históricas, pois ela também teve influência direta do seu pai que era advogado e presidente da Atlanta Historical Society. Desta forma, teve acesso aos documentos e também diálogos com muitos pesquisadores e apaixonados pelo tema e conseguiu, no livro, capturar todo o espírito de nostalgia histórico e apresentar para os leitores os problemas reais do tempo em que o mesmo foi escrito e lançado na década de 1930.

As questões econômicas já na década de 1920 mostraram-se instáveis com a volatilidade do mercado financeiro e a euforia das ações contrastavam com a realidade dos trabalhadores rurais e urbanos os quais viviam em condições de pobreza. Assim, essas paisagens e com essas relações foram diretas para que a autora criasse um romance que fundamentasse o imaginário dos Estados Unidos quanto a guerra civil. O impacto do livro foi enorme e em pouco tempo foi produzido o filme “E o vento Levou” (1939), o qual teve ainda mais repercussão influenciando diretamente o imaginário da população quanto

ao sul dos Estados Unidos e, principalmente, quanto as narrativas dos acontecimentos históricos.

É importante frisarmos que as personagens do livro também correspondem as exigências das décadas de 1920 e 1930, visto que nesse período houve a consolidação dos direitos das mulheres quanto as questões políticas. Dessa forma, a autora vivenciou as agitações desse período no qual a luta pelos direitos humanos evocados pelas mulheres foi de grande importância. O período que a autora escreveu o livro foi marcado pelas lutas das mulheres, pelas lutas dos trabalhadores pela ampliação de seus direitos, pelas crises econômicas e políticas, enfim, foi um período histórico que fundamentou as questões que foram apresentadas no livro.

Precisamos compreender o livro como um processo de releitura da guerra no qual a sutileza das narrações pelas personagens efetiva um discurso que parte de uma mulher sulista que viveu e conviveu com historiadores sulistas, ao mesmo tempo em que ela se move para empreender críticas ao que está estabelecido na sociedade na qual vive.

Os antecedentes da guerra são de grande importância para compreendermos ao longo do trabalho a ligação entre a narração ficcional e os processos históricos que se especializaram no território dos Estados Unidos da América. A guerra, narrada pela ficção “E o Vento levou”, elenca elementos humanizadores do conflito, ao passo que a realidade narrada historicamente apresenta o conflito como resultado de interesses de grupos econômicos e políticos. O livro apresenta os escravos e a escravidão como algo normal, sem ater-se a humilhação e as condições desumanas desse terrível processo. O livro não é uma denúncia social, mas uma denúncia de como o Sul foi destituído de suas principais características. Apenas em alguns momentos a autora sinaliza um leve desconforto das condições das escravas e dos escravos, mas não na condição de escravocrata, sim na perspectiva dos personagens.

O sistema escravocrata desempenhou importante papel para a conquista da independência estadunidense. Ainda após a independência proclamada, liberdade e igualdade era um sonho que não se preocupava em atingir a todos, visto que apenas a elite econômica branca tinha essa possibilidade. O “sucesso” da colonização e povoamento dos Estados Unidos se deu pela exploração de seres humanos por meio da escravidão, dessa forma não podemos naturalizar esse processo.

Apenas quando a Inglaterra explora a mão de obra africana e inicia o comércio e o processo escravocrata é que consegue firmar investimentos na colônia americana. Esses investimentos somente foram possíveis com a degradação de seres humanos retirados

forçosamente do continente africano e postos em condições desumanas para trabalharem e produzirem riquezas para o colono branco inglês.

### 1.1 – ANTECEDENTES DA GUERRA: PARA COMPREENDERMOS O PROCESSO.

O processo de colonização dos Estados Unidos, iniciou-se no século XVI sob ordens da rainha Elizabeth I. Foram algumas décadas de indecisão sobre as novas terras. Esse processo não obteve sucesso pela falta de investimentos da coroa. A escassez de mão de obra e os conflitos com a população nativa fizeram com que por alguns anos não fosse efetivado um processo de colonização. A única herança dessa tentativa foi a fundação do estado da Virgínia, primeiro lugar em que os colonos desembarcaram.

Já no século XVII, sob o comando da dinastia Stuart, a Inglaterra conseguiu estabelecer sua colônia no Novo Mundo. Dessa vez a colonização estava nas mãos das companhias comerciais de Londres e de Plymouth. Ambas teriam suas licenças caçadas. A servidão viera para América a bordo dessa segunda tentativa. Com o êxodo rural, as ruas inglesas estavam inundadas de cidadãos sem recursos que seriam mandados para a colônia. Como nem todos poderiam pagar a passagem para a América, fez surgir nas colônias a servidão temporária que consistia em prestar alguns anos de trabalho gratuito à pessoa que se dispusesse a pagar sua passagem, porém nem todos eram voluntários: dívidas não saldadas poderiam colocar o devedor nessa situação de servidão.

Não apenas de pobres sem outra opção constituiu o processo de imigração para a colônia. Puritanos perseguidos pela igreja inglesa, também viram na colônia a oportunidade de recomeçar, e, assim, em 1620, se estabeleceram em Massachusetts. Outro grupo religioso a desembarcar no Novo Mundo foram os Quakers, na Pensilvânia, que ofereciam terras livres e liberdade religiosa.

No século XVIII a colônia inglesa no Novo Mundo recebeu diversos povos europeus, entre eles os alemães, escoceses, irlandeses e franceses, que ajudavam com seus valores distintos no afastamento dos interesses da colônia com sua metrópole.

As treze colônias fundadas se dividiam entre as regiões Norte e Sul do território. Ao Norte, batizado de Nova Inglaterra, o clima temperado favoreceu a prática da policultura que sustentaria o mercado interno e não ficaria condicionado aos interesses da metrópole. Já as colônias localizadas ao Sul, possuíam clima e solo propícios a atenderem o interesse da metrópole, destacando de início a produção de tabaco e a necessidade de

trabalho escravo para dar conta dessa demanda.

Assim, podemos identificar com clareza duas áreas bastantes distintas nas 13 colônias. As colônias do Norte, com predominância de pequena propriedade, do trabalho livre, de atividades manufatureiras e com um mercado interno relativamente desenvolvido, realizando o comércio triangular. As colônias do Sul com predomínio do latifúndio, voltado quase que inteiramente à exportação, ao trabalho servil e escravos e pouco desenvolvidas quanto às manufaturas. Essas diferenças serão fundamentais tanto no momento da independência quanto na Guerra Civil americana. (KARNAL et al., 2007, p. 58).

Nesse ponto, a escravidão de africanos já se fazia presente em todas as colônias e possuía sua própria legislação, diferenciando-se da servidão branca. A mão de obra escravizada era muito mais barata que a livre. E uma vez que os negros não possuíam conhecimento de seus direitos, não teriam motivos para causar rebeliões, como era o caso da mão de obra branca.

Os escravos podiam ser privados de oportunidades de associação e rebelião. Podiam ser mantidos desarmados e desorganizados. Podiam ser submetidos a castigos bárbaros por seus donos sem medo de represálias legais. E sua cor mostrando sua provável condição social, o resto da sociedade poderia mantê-los sob rigoroso controle. (MORGAN, 2000, p. 140).

Uma vez que a colônia trocara a importação de servos ingleses pelos escravos africanos e a diminuição dos ataques indígenas, o remanescente de servos libertos tivera a oportunidade de se estabelecerem e adquirirem pequenas propriedades, o que lhes permitia cada vez mais espaço no governo da Virgínia. Sem preocupações em relação a rebeliões que os servos livres poderiam causar, os colonos puderam focar em sua emancipação da metrópole inglesa.

O século XVIII foi marcado por guerras na Europa que atingiram diretamente as colônias na América do Norte e que trouxeram à tona as divergências entre os interesses dos colonos e os da metrópole. A Inglaterra sai vitoriosa em sua disputa com a França pelo território norte-americano, o que a ajuda a se posicionar como uma grande potência mundial.

A Inglaterra no final do século XVIII tornara-se uma grande potência mundial, colocando em prática uma política mercantilista que impunha o domínio político e econômico sobre as colônias, que agora deveriam responder aos interesses da metrópole.

Em 4 de julho de 1776, a Declaração da Independência, escrita por Thomas

Jefferson, é proclamada na cidade de Filadélfia, no estado da Pensilvânia, dando origem a uma nova nação: os Estados Unidos da América. Entretanto, as colônias do Norte e sul não possuíam entre si um sentimento suficientemente forte de nação e patriotismo. O que fez com que elas se unissem foi um sentimento antibritânico.

Os problemas que a declaração de independência enumera já são nossos conhecidos: as leis mercantilistas, as guerras que prejudicavam os interesses dos colonos, a existência de tropas inglesas que os colonos deviam sustentar etc. A paciência dos colonos, sua calma e ponderação são destacados em oposição à posição intransigente e autoritária do rei da Inglaterra, no caso, Jorge III. (KARNAL et al., 2007, p. 88).

A Declaração da Independência resultou numa guerra entre os colonos e a Inglaterra, denominada Guerra da Independência das Treze Colônias. Com o apoio dos países europeus, sobretudo da França e da Espanha, os Estados Unidos venceram a guerra e conquistaram sua independência.

Os colonos eram precários em armas e navios, e seu único produto de maior valor de troca era o tabaco, produzido, em sua maioria, por trabalho escravo. As relações entre os Estados Unidos e a França ficou conhecida como “Diplomacia do tabaco” devido à grande importância que esse produto possuía nas negociações internacionais. O tabaco, que possibilitou essa negociação dos colonos com a França e impulsionou a guerra da independência, viera das plantações da Virgínia as custas de mão de obra escrava.

Para os negros escravos a proclamação da independência nada significou, a não ser a facilidade de fuga que a guerra da independência os proporcionara. Como sugere, Karnal et al. (2007, p. 91):

A independência e a construção de um novo regime republicano foi projeto levado adiante pelas elites das colônias. Escravos, mulheres e pobres não são os líderes desse movimento, a independência norte-americana é um fenômeno branco, predominantemente masculino e latifundiário ou comerciante.

Os Estados Unidos, no início do século XIX, adquirira da França o território da Louisiana aguçando o desejo expansionista e conseqüentemente formando o sentimento nacionalista da nova nação. Esses novos territórios a oeste seriam a causa de uma instabilidade entre os estados do Norte e do Sul.

A economia interna crescia rapidamente, proporcionando a todos os estados estabilidade e desenvolvimento econômico. Os estados do Sul, além de crescerem graças

as suas plantações de algodão e tabaco, encontraram no escravo africano uma nova fonte de lucros. Enquanto isso, os estados do Norte pregavam o trabalho livre. Apesar de a maioria das mercadorias ainda serem de origem doméstica, já contavam com o sistema fabril desde 1790.

O tráfico de escravos fora abolido em 1808 e como os proprietários de terra sulistas acreditavam que a reprodução natural de escravos não seria suficiente para atender a demanda de mão de obra necessária, a solução encontrada foi expandir a escravidão para novos territórios, no caso aos territórios recém-adquiridos a oeste.

A reforma religiosa de cunho protestante que se desenvolveu, no início do século XIX, principalmente, nas regiões de Nova York e Nova Inglaterra, foi importante por fazer despertar e fortalecer os sentimentos de moralidade e valores sociais no cidadão norte-americano.

Esses novos ideais de conduta cristã foram importantes na medida que criticavam a exploração do indivíduo, fosse homem ou mulher, negro ou branco. Elevou a alfabetização como importante característica cultural da nação. Saber ler e escrever não era apenas um privilégio das classes mais abastadas, todos tinham o direito, independentemente da cor, de saber ler o livro sagrado e aprender os valores morais que ali estavam contidos.

Alguns pregadores abolicionistas enfatizavam o mal moral da escravidão, o dever religioso dos bons em resistir contra essa situação, destacando os direitos das pessoas e a ideia de liberdade e igualdade dentro de uma sociedade que se dizia fundada sob esses mesmos valores. A maior parte dos abolicionistas, na época, era formada por pessoas religiosas. (Karnal et al. (2007, p. 123).

O acesso a alfabetização, e, conseqüentemente, aos ideais libertários dos reformistas, foi importante para o despertar de uma consciência abolicionista entre os negros, que agora se viam como cidadãos com direitos e com direito a uma vida livre.

A escravidão encontrou seu desenvolvimento nos estados do Sul, uma vez que os ricos latifundiários necessitavam de uma mão de obra que fosse barata e de fácil controle que trabalhassem em suas plantações. Além das vantagens econômicas, encontradas pelos sulistas, que a escravidão trazia, o escravo, agora, representava uma nova mercadoria importante no mercado econômico. De acordo com Karnal et al. (2007), o escravo “estava inserido numa complexa rede de compra e venda e sua força de trabalho sustentava a produção nos campos, sendo o responsável pela mobilização de milhões de dólares.”

Apesar do Norte manter homens livres e assalariados, enquanto o Sul tinha sua base econômica sustentada na escravidão mantida por lei, ambas as regiões pregavam a ideia inquestionável da superioridade do homem branco. Embora o racismo estar mais presente nos estados sulistas, a maior parte dos cidadãos do Norte, também, não viam com bons olhos pessoas de pele negra – os negros em ambas regiões não faziam parte das decisões políticas. Aparte de suas divergências em relação ao sistema escravista, ambas as regiões possuíam uma forte interação econômica entre si e com o comércio internacional.

Ainda no período do século XIX, apesar dos estados do Norte superarem o Sul na soma das populações, eram os sulistas a possuírem maior autonomia no governo federal. Fazendo valer sua força política, o Sul exigia o direito de expandir o sistema escravista aos novos territórios a oeste, expandindo sua cultura agrícola e consequentemente garantindo seu majoritário número de representantes no governo federal. Enquanto o Sul defendia a expansão do seu sistema rural escravista, o Norte estava interessado na liberdade do indivíduo para somar mão de obra ao seu sistema fabril. Essa dualidade de interesses, seria o ponta pé para as disputas internas entre ambas as regiões que culminaria em uma guerra civil.

## CAPÍTULO 2

### A GUERRA DE SECESSÃO ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO

A obra “E o Vento Levou” não pretende focar e denunciar a vida dos escravos sulistas, já que estes são apenas componentes que estão presentes na história vivida pela protagonista. Os escravos são mostrados como elemento natural da paisagem sulista. Esse modo romantizado de retratar os negros, como pessoas ingênuas, desprovidas de intelecto e que são agradecidos aos seus senhores pela “proteção” que estes oferecem, apesar de a primeira vista beirar como racismo por parte da autora, na verdade, nos revela como a sociedade sulista, pós-guerra (sociedade essa que Mitchell cresceu e fez parte), forjou uma memória irreal do que a escravidão realmente representava.

A memória de um sul de belas paisagens naturais, casarões brancos e de bons senhores que “empregavam” e cuidavam daqueles que julgavam não possuir capacidade de se manterem sozinhos, uma vez que os negros eram considerados inferiores em intelectualidade e civilidade em comparação com os brancos. É a respeito dessa sociedade de damas e cavalheiros benevolentes que a geração sulista pós-guerra constrói e idealiza sua identidade e memória, talvez como um modo de justificar a existência da escravidão. Fazendo uso dessa memória construída, como pano de fundo, Margaret Mitchell escreveu seu romance.



Fig. 01 – Família O'Hara e seus escravos domésticos na hora da oração – cena do filme “E o Vento Levou”

A escravidão americana surge como necessidade de um povo em possuir um outro com o intuito de se apropriar de seu trabalho – um sistema de dominação de classes. Essa subordinação de uma raça dita inferior a outra vista como superior, alimentou a existência do racismo que se perpetua até os dias atuais.

Toda a criadagem ajoelhava à porta da sala, para a oração em comum. [...] Era para os escravos a hora mais solene do dia. Seus olhos luziam de contentamento e orgulho, na prece feita em comum com seus senhores. (MITCHELL, 2000, p. 71)

O Sul moldou sua sociedade nas bases do paternalismo como forma de justificar moralmente a escravidão de outra raça, estimulando ao mesmo tempo a bondade para com uma raça vista como selvagem que necessitava de outra para os guiarem

A obra romantiza essa situação paternalista, na qual os brancos se apresentam como guias dos negros ao mostrar que os escravos se sentiam quase como que membros da família dos seus senhores brancos. Estes são mostrados como pessoas benevolentes que tratavam seus escravos com a mesma rigidez que tratavam suas crianças brancas. Uma rigidez com intuito de civilizar aqueles que necessitavam de sua proteção, pois eram incapazes de se cuidarem sozinhos devido sua raça inferior:

Um paternalismo aceito tanto por senhores quanto por escravos – mas com interpretações radicalmente diversas – traduzia-se numa frágil ponte entre as intoleráveis contradições inerentes a uma sociedade que, baseada no racismo, na escravidão e na exploração de classes, dependia da voluntária reprodução e produtividade de suas vítimas. Para os senhores de escravos, o paternalismo representava uma tentativa de superar a contradição fundamental da escravidão: a impossibilidade de os escravos virem a tornar-se as coisas que se supunha que fossem. O paternalismo definia o trabalho involuntário dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e à direção que lhes davam os senhores. No entanto, a necessidade que tinham estes de ver seus escravos como seres humanos aquiescentes constituía uma vitória moral para os próprios escravos. A insistência do paternalismo em obrigações mútuas – deveres, responsabilidades, e, em última instância, até direitos – representava, implicitamente, a humanidade dos escravos. (GENOVESE, 1988, p. 23).



Fig. 02 – Mammy com Scarlett – cena do filme “E o Vento Levou”

Mammy é a única personagem negra que possui papel “importante” no romance “E o Vento Levou”. É a ama-seca da protagonista. A história pessoal de Mammy não nos é apresentada, nem mesmo seu nome. Sua importância está em sempre proteger e cuidar das filhas de seus senhores. E é pela primogênita, Scarlett, que a ama tem mais apreço. Scarlett também apresenta grande respeito pela ama, tendo a como uma das pessoas de maior confiança.

Era uma preta velha obesa, de olhos maliciosos como os do elefante, luzidia, africana pura; dedicara aos O'Haras até a última gota do seu sangue. Era o esteio de Ellen, os desesperos de suas três filhas e o terror dos outros criados da casa. Embora preta, seu código de conduta era tão severo ou mais que o dos senhores, por cuja honra zelava com excessiva dedicação. [...] A bá queria castos aqueles a quem amava. E como o amor e orgulho que sentia por Scarlett eram imensos, seu processo de torná-la castíssima atingira a continuidade (MITCHELL, 2000, p. 28)

Mammy está presente na família O'Hara antes mesmo de Scarlett e suas irmãs nascerem, tendo servido como ama da família da mãe das meninas e decidida a permanecer do lado de Suellen O'Hara mesmo após seu casamento. Cuidava das filhas de sua senhora como já havia feito com ela no passado, demonstrando o mesmo zelo e determinada a transformar as filhas de sua senhora em grandes damas, tal como a mãe delas era vista, principalmente Scarlett que era a que mais se desviava do comportamento de uma senhora sulista.

Mammy era negra, mas seu código de conduta e seu senso de orgulho eram tão elevados quanto os de seus senhores, ou até mais. Ela fora criada no quarto de Solange Robillard, mãe de Ellen O'Hara, uma francesa exigente, fria, esnobe, que não livrava os filhos nem os criados de uma punição justa por qualquer violação do decoro. Ela servira de babá a Ellen e fora com ela de Savannah para o interior quando Ellen se casara. [...] (MITCHELL, 2000, p. 28)

Tudo o que sabemos sobre Mammy é que sua vida sempre foi de escrava doméstica e que sua personalidade forte ajudava a criar as crianças como se fossem suas próprias. Mammy era fiel e via os seus senhores com grande admiração, tal como também ela era vista por eles. A personagem é a representação perfeita da dissimulação acerca da história dos escravos, permeando no imaginário coletivo a ideia de que os brancos podiam ser bondosos com os negros e que estes os viam com gratidão.

Apesar de a personagem da ama-seca ser apresentada como o suporte da protagonista, a insignificância daquela se faz presente na ausência de um nome próprio. Ela é apenas referida como Mammy, pois foi o que se perpetuou no imaginário sulista: a imagem da escrava doméstica que criava os filhos.

A origem da personagem se encontra nos estereótipos racistas americanos. A palavra “mammy” se refere ao modo dos negros chamarem suas mães (mommy, em inglês). Essa expressão foi adotada pelos brancos sulistas para se referirem as suas amas – descritas geralmente, como uma mulher obesa e de seios fartos, assexuadas e sem ambições próprias, dedicadas apenas a cuidar dos filhos de seus senhores brancos como se fossem seus próprios.

Entretanto, ser uma escrava doméstica não era realidade para a maioria das mulheres negras, uma vez que o escravo era tido como um objeto. Não havia para eles distinção de classe social quanto ao gênero – tanto homens quanto mulheres eram vistos como dotados da mesma capacidade de exercerem o todo tipo de trabalho braçal. Possuir escravas exclusivamente domésticas era um hábito de estados sulistas localizados mais próximos da fronteira com o Norte, enquanto que nos estados ao extremo sul, o trabalho da mulher predominava nas lavouras.



Fig. 03 – Our Mammy – 94 year old. Our Mammy and Other Stories, 1906. Fonte: <http://mrlreference.blogspot.com/2013/02/pictures-from-our-past.html>.

A imagem da escrava doméstica, gorda e bondosa, que permeava as lembranças dos sulistas, foi transformada publicamente em personagem de uma marca de produtos culinários, chamada “Aunt Jemima”, em 1889. Essa característica foi inserida no imaginário coletivo americano de modo que a mulher negra era apresentada de forma bondosa e dotada de dotes culinários.



Fig. 04 – Nancy Green (1834-1923) para o comercial da linha de produtos culinários Aunt Jemima (Quaker) que levava seu rosto como ilustração – ano aproximado: 1890.

A personagem Mammy talvez tenha sido a tentativa da autora Margaret Mitchell de desconstruir a imagem do escravo estúpido e caricato que aparecia nas obras de até então. Mammy é uma mulher de personalidade forte que mantém a casa em ordem e fiscaliza para que os demais escravos domésticos cumpram com suas tarefas. Ela tem mão firme com a educação das filhas de seus senhores. Ela sabe como tudo deve funcionar e garante que funcione. Os senhores brancos não demonstram tratá-la como uma ‘criança ignorante’, tal como é vista por sua cor na sociedade paternalista em que se encaixava.

Contudo, após a morte de sua senhora e a demência que atinge seu senhor, Mammy parece não ser mais a mesma até a chegada de Scarlett – sem seus senhores. Mammy não conseguiu mais manter a postura de antes. A partir desse instante, vemos com clareza que sem senhores por perto Mammy era incapaz de raciocinar e tomar atitudes por si, reforçando discretamente que o negro não era capaz de sobreviver sem o branco para lhe guiar com seus conhecimentos.

A imagem da mulher negra vista como “Mammy” colaborou para a perpetuação de um estereótipo que reduzia as mulheres negras como aptas para o trabalho doméstico, sendo vistas como desprovidas de ambições e com vocação “natural” para servir. Até os dias atuais se pode observar a mulher negra associada ao papel de empregada doméstica e cuidadora de crianças, seja na mídia ou em famílias brancas. Hoje ainda é “comum”, infelizmente, termos a associação da mulher negra e gorda como aquela descrita anteriormente. Uma empresa de produtos de higiene doméstica sediada em Uberlândia, interior de Minas Gerais, ainda insiste com esse estereótipo racista e preconceituoso, como podemos ver na figura 05:



Fig. 05 – Atriz negra interpretando uma empregada doméstica para vender produtos de limpeza no ano de 2018, para a empresa Start.

Essa personagem negra criada pela empresa de produtos de higiene reproduziu sem ter a mínima preocupação com as questões que possibilitam pensar sobre o preconceito, ao contrário a empresa reforçou de forma sistemática a imagem da negra como serviçal, como empregada, como ex-escrava, porém assalariada. A figura 05 tem impacto considerável na produção de uma estética racista e de desvalorização da

mulher e da negra. Por isso, nosso trabalho tem fundamental importância ao apresentar as questões estéticas na elaboração de uma figura humana reduzida a uma função doméstica, a uma função ocidental de mundo. A personagem Mammy nos é cara por trazer os primórdios desse registro estético que ainda persiste na atuação da atriz negra ao interpretar uma doméstica para os produtos Start<sup>1</sup>.

Neste sentido, Mammy, a personagem negra e sem nome, é reconhecida pelas suas funções de trabalho, ao mesmo tempo é ignorada como ser humano, já que nessa concepção a autora exerce uma narrativa que produz um sentido existencial a partir da função trabalhista que exerce.

O estereótipo racista da negra doméstica já na meia idade, vista como assexuada, boa com as crianças brancas, nascida com dotes para a culinária de personalidade paciente e experiente são características, totalmente, opostas à de uma outra escrava da família O'Hara: Prissy. Como uma tentativa de inserir um alívio cômico no drama, Mitchell nos apresenta a Prissy: uma jovem negra ignorante, despeitada, mentirosa e que tende a ficar histérica quando lhe é ordenado que faça algo que não saiba ou quando lhe gritam.

A personagem Prissy, é o retrato perfeito do negro que o homem branco pintava como justificativa para a escravidão: um ser estúpido e incapaz de sobreviver por conta própria. Nas palavras de Malcom X, podemos perceber que a tentativa de alívio cômico, tanto pela escritora Mitchell quanto pelo produtor Selznick, de cômica não teve nada:

Lembro de uma coisa que me amargurou nessa ocasião: o filme *Gone with the Wind* (...E o vento levou). Ao ser exibido em Manson, eu era o único negro no cinema. Senti vontade de me esconder debaixo do tapete quando Butterfly McQueen apareceu em sua cena famosa. (MALCOM X; HALEY, 1965, p. 43)

---

<sup>1</sup> É fundamental assistir os comerciais e perceber como essa personagem da empresa Start reproduz em mínimos detalhes a personagem Mammy, principalmente a relação de dependência com a "patroa". Nesse link tem vários vídeos que comprovam nossas observações:

<http://www.startquimica.com.br/br/consumidor/videos>

Na referida cena<sup>2</sup> Prissy mentiu para Scarlett que saberia fazer o parto da Melanie. Bem como quando foi chamar o médico, Prissy não teve pressa e ao retornar estava cantarolando. Scarlett a questionou quanto a demora e por não se esforçar em encontrar o médico. Então, Scarlett vai atrás e também não encontra. É nesse momento que Prissy revela que não sabe fazer o parto.

Em virtude desse acontecimento, uma avalanche de preconceitos e construções racistas e estéticas se avolumam. A mulher jovem e negra é mentirosa, não se importa com os seus senhores e nem com o perigo de morte do bebê que estava para nascer. A resposta de Prissy para as críticas é um longo choro. Posteriormente, Scarlett assume a direção que é posta no livro e no filme: a mulher branca protagonista que resolve todos os problemas. Ao mesmo tempo tanto o livro como o filme, apresenta Prissy como uma desalmada, como uma tola que não sabe viver ou minimamente se virar sem a ajuda dos brancos. Esse racismo apresenta o branco como superior e o negro como sujeito que depende sempre dos favores dos senhores, quando na verdade são os senhores que dependem dos negros.

Prissy representa os valores racistas que são evidenciados pelos grupos sectários e violentos como a KKK. Esses valores se ligam diretamente a uma mulher histérica, louca e até mesmo vulgar. A mulher é historicamente apresentada pelo machismo como uma condição social de inferioridade, mais ainda quando negra. Neste sentido, Prissy passa a ser vista como um tipo de ser humano que prejudica a humanidade. Parece algo exagerado ao afirmarmos isso, mas todas as falas e todos os gestos de Prissy levam a mesma a ter um repúdio social, como se todos os valores morais fossem dinamizados nas suas falas e ações.

O ativista pelos direitos humanos Malcom X sente vergonha de ter um personagem que apresenta o pior da humanidade. Vergonha maior ele teve por ter pessoas brancas construindo esses estereótipos e fundamentando valores racistas propagados pela KKK que perseguiu de forma violenta o próprio Malcom e sua família. Também é importante destacarmos a violência que a jovem mulher negra escravizada sofre da forte mulher branca, empreendedora e decidida, ou seja, essas personagens são personificações de estereótipos os quais ainda hoje fundamentam uma visão de mundo excludente, cruel e violenta.

---

<sup>2</sup> Cena do filme “E O Vento Levou” com Prissy e Scarlett:  
<https://www.youtube.com/watch?v=eQ0Ygpn3IEA>



Fig. 06 – A protagonista Scarlett e Prissy, na “famosa cena” citada por Malcom X, onde a escrava se mostra atrapalhada e histérica ao perceber sua senhora zangada com ela. – Cenado filme “E o Vento Levou”.

Outro ponto importante da obra e que apresenta as questões prévias dos valores sociais, econômicos e culturais entre uma moral sulista e uma moral nortista é representada pela imagem abaixo a qual ilustra uma cena da obra retratada no filme homônimo: o anúncio de dança beneficente para arrecadar fundos destinados a compra de mantimentos para os soldados confederados. Sob a Bandeira de Guerra da Confederação, da bandeira dos Estados Confederados da América e do retrato de seu presidente Jefferson Davis, encontram-se escravos formando uma orquestra – negros que possuíam certas aptidões culturais eram cobiçados e classificados, geralmente, como escravos domésticos.



Fig. 07 – Médico de Atlanta em frente a uma orquestra de escravos, anunciando um leilão para arrecadar fundos para os soldados Confederados – Cena do filme “E o Vento Levou”

Essa passagem da obra, tanto no livro quanto no filme, apresenta um homem branco e de prestígio social (médico) incentivando que outros homens brancos produzam condições materiais para que a escravidão continue. Com a intenção de angariar fundos para ajudar com os suprimentos dos soldados confederados, é proposto pela e para a elite sulista um “leilão” onde rapazes oferecem quantias de dinheiro para ter a honra de uma dança com a moça desejada.

Uma passagem peculiar presente no livro, que vale a pena ressaltar, é o comentário, quase como um pensamento alto, de uma das personagens: “Você não acha que é... uma espécie de leilão de escravos? – sussurrou Melanie<sup>3</sup>, fixando indecisa o ardoroso médico que até então achava perfeito.” (p.185)

Essa fala de uma das personagens é a única menção encontrada, apenas no livro, que nos remete a algum acontecimento verídico, e não romantizado, a respeito da condição do negro escravizado. Era sob forma de leilão que os negros recém-chegados na América eram vendidos para os senhores de escravos, sendo os jovens e com boas características físicas os mais caros e cobiçados.

---

<sup>3</sup> A personagem Melanie Hamilton possui todas as características que se espera de damas da alta sociedade do antigo Sul. Melanie é gentil, elegante, hospitaleira e reservada em suas maneiras. A personagem é vista como um exemplo para as outras mulheres. Ela existe na trama para representar o oposto do que Scarlett é.

O espanto da personagem está apenas na condição das mulheres serem leiloadas em um tipo de brincadeira “benfeitora”. Uma brincadeira que ela sabia que se assemelhava ao modo de aquisição de escravos lhe causou indignação, uma vez que envolvia mulheres brancas. Por outro lado, o que ocorreu e ocorria com os negros parecia não merecer sua preocupação – compra e venda de seres humanos negros pelo homem branco era algo natural para quem os enxergava como animais. O médico que ela até então achava perfeito, o deixa de ser a partir do momento que coloca as mulheres sulistas em posição similar à dos escravos, mesmo que a situação se refira claramente a uma brincadeira.

A orquestra formada por escravos não aparenta descontentamento e nem questiona o fato de estarem colaborando para o acontecimento de uma festa onde seus opressores tentam arrecadar fundos para que essa opressão continue. A autora tenta perpetuar a ideia de que o escravo não tinha pretensões de questionar o seu papel enquanto oprimido e pouco fazia para buscar sua liberdade. Talvez porque, depois de séculos sendo guiados por homens brancos, os negros se viam em uma situação de impotência perante aquele que o trata como objeto.

Segundo Lima et al. (2018): “a escravidão como todo sistema de opressão, não poderia se sustentar sem o consentimento tácito dos oprimidos.” Muitos escravos fugiam sem se preocupar com os companheiros que ficavam para trás. Outros conseguiam a liberdade denunciando o companheiro que pretendesse fugir e após libertos não era incomum encontrá-los como proprietários de escravos. Nesse contexto, Lima et al, (2018, p. 384), entendeu que:

As mesmas circunstâncias que alimentavam a oposição dos negros à escravidão frequentemente impediam que os negros atuassem em apoio à abolição. Agindo a partir da mesma base de oposição à escravidão, manifestantes escravizados e livres poderiam se contentar com menos, na medida em que confrontavam a realidade brutal dos poderes dos senhores de escravos. [...] muitos escravos relutantemente aceitavam – ou às vezes acolhiam com prazer – melhorias em suas vidas em vez de correr riscos trazidos pela busca da liberdade completa.



Fig. 08 – "Auction & Negro Sales," Whitehall Street. Fonte: Library of Congress

A autora apresenta um conjunto de indicativos os quais compõem uma narrativa que tenta justificar a escravidão não como um sistema de exploração, mas como um sistema equilibrado onde cada um tem seu lugar específico na sociedade. O senhor e a senhora (sinhá) têm o papel de cuidadores das escravas e escravos. São sujeitos que exigem, mas que acima de tudo tem o compromisso de efetivarem o bem e a qualidade de vida para os mesmos. O conceito de liberdade aqui é questionada pela autora, pois a mesma apresenta a liberdade como uma condição pouco adequada para os objetivos dessa sociedade. Em outras palavras, a autora sinaliza o desequilíbrio quando surge a liberdade. Ela ignora todo processo histórico de sofrimento e de exploração.

Eu falei pra eles isso e contei pra eles que a sinhá Ellen era boa pros nêgo e que ela cuidô de eu uma semana intera de penumonia, eles num acreditô. E, sinhá Scarlett, eu garrei saudade da sinhá Ellen e de Tara intê parecê que num ia mais guentá e uma noite me vim embora pra casa nos vagão de carga até Atlanta. Se vosmecê me comprá uma passage pra Tara, eu vô ficá bem feliz de chegá em casa. Vô fica bem contente de vê a sinhá Ellen e o sinhô Gerald otra vez. Chega de liberdade. Quero arguém que me dê de comê todos dia, me diz o que fazê e o que num fazê e me cuida quando tô doente. Magina se pego penumonia otra vez? Aquela sinhá ianque vai cuidá de eu? Num vai, sinhá. Ela vai me chamá de ‘sinhô O’Hara’, mas num vai cuidá de eu [...] (MITCHELL, 2000, p. 778)

Big Sam<sup>4</sup> em diálogo com os Ianques tenta persuadi-los da possibilidade de maldade daqueles que habitavam Tara, quando ele diz: “Eu falei pra eles isso e contei pra eles que a sinhá Ellen era boa pros nêgo e que ela cuidô de eu uma semana intera de penumonia, eles num acredito”. Ele apresenta a dúvida como um elemento que revela outra narrativa sobre o papel dos brancos na relação com os negros. A dúvida da bondade dos brancos é um ponto importante por revelar, ao mesmo tempo, que os Ianques não tratavam tão bem os seus escravos e que os senhores e senhoras do Sul tratavam de forma mais humana os mesmos.

Crianças negras abandonadas andavam como animais assustados pela cidade até que pessoas brancas de bom coração as recolhessem e levassem para suas cozinhas para criálas. Negros velhos do campo, abandonados pelos filhos, confusos e tomados pelo pânico na cidade movimentada, sentavam-se no meio-fio e pediam para as senhoras que passavam: “Sinhá, por favô, escrevinha pro meu sinhô no condado Lafayette que tô aqui. Pra ele vim levá esse nêgo véio de vorta pra casa. Pelo amô de Deus, chega dessa liberdade!” (MITCHELL, 2000, p. 655)

A preocupação de Big Sam em relação a liberdade é compreensível pois ele assim como os demais ex-escravos, não possuíam uma base material e educacional para se manterem em sociedade. Pode-se dizer que o comportamento do personagem em relação ao medo dessa liberdade que nunca conhecera representasse uma pequena porcentagem da realidade, uma exceção à regra que a autora divulga por toda obra como se fosse a

---

<sup>4</sup> Big Sam é um dos escravos da família O’Hara que foi enviado pela Confederação para ajudar os soldados a cavarem as trincheiras na guerra. Big Sam, como muitos outros escravos, é leal a seus senhores e acredita que sem eles não seria capaz de sobreviver sozinho após a abolição da escravatura, solicitando mais tarde a Scarlett para que lhe mande de volta para a fazenda Tara.

verdade histórica dos fatos, ocultando dos leitores qualquer possibilidade da existência de senhores de escravos minimamente cruéis com seus escravos.

A obra transmite a imagem de um escravo fiel aos seus senhores, como se fossem “crianças” que necessitam do cuidado e ensinamento dos brancos para serem capazes de sobreviverem sozinhos – uma relação de pais e filhos. O branco é mostrado como a pessoa bondosa que está designada a cuidar e educar do negro, o qual é tido como uma raça que é inferior intelectualmente. Uma raça selvagem que precisa ser contida sob a orientação do homem branco.

Na ótica dos seus donos, o escravo era dividido em duas classes: o negro doméstico, bondoso e mais inteligente. Já o negro do campo, este era visto como ignorante, folgado e mau intencionado – este preconceito de classe se fazia presente até mesmo na relação entre os negros. Escravos domésticos como Mammy e Big Sam demonstram sempre preocupação e zelo para com a família de seus senhores; cuidam da propriedade, das crianças, dos afazeres de outros escravos “inferiores” e julgam qualquer outro branco que ouse maldizer seus senhores.

Nos tempos da escravatura, esses negros inferiores tinham sido desprezados pelos negros domésticos e de quintal como criaturas de pouco valor. Assim como Ellen, outras senhoras de fazenda por todo o sul tinham feito os negrinhos passar por cursos de treinamento e eliminação, escolhendo os melhores para posições de maior responsabilidade. Os designados para o campo eram os menos dispostos ou capazes de aprender, os menos enérgicos, honestos e confiáveis, os de menor caráter e mais brutos. E era essa classe, a mais baixa na ordem social negra, que agora tornava a vida uma infelicidade no sul. (MITCHELL, 2000, p. 654)

Essa classificação entre negros bons e negros maus, também foi usada no livro, para se referir aos negros que durante e após a guerra escolheram ficar dos lados de seus patrões. Segundo os próprios personagens, esses bons escravos domésticos, que eram bem cuidados por seus donos, ficaram desnorteados com a liberdade da qual antes nunca ouviram dizer e que pouco lhes ofereceram em quesito de segurança e cuidados. Por conta disso voltavam para os seus bondosos brancos.

A imagem passada na obra é de que os ianques pouco se importavam com o negro, enquanto o sulista era tido como o protetor dessas “crianças” que não sabiam se cuidar por si próprias. Já o escravo mal- intencionado do campo, com a chegada da liberdade, é mostrado como um vagabundo

arruaceiro que fica festejando e bebendo pela cidade, ameaçando a tranquilidade e segurança das senhoras sulistas.



Fig. 09 – “In de lan’o’ cotton” Fonte: Library of Congress

Essa divisão aparece como uma justificativa para tentar disfarçar o preconceito sulista e para propagar o ódio para com os negros libertos, uma vez que após a abolição, os negros tidos como bons voltavam para trabalhar com seus donos, como “trabalhadores livres”. Voltavam, segundo o livro, porque os brancos eram bons, uma vez que deles cuidavam – geralmente, eram negros idosos que não teriam condição de se sustentarem. Os nortistas davam a liberdade mas não a condição material para os libertos aproveitarem de tal.

Os jovens compõem a grande parcela de negros considerados ruins. Esses negros eram vistos como ingratos e cheios de ódio descabido para com seus antigos donos, visto que no tempo da escravidão eram destinados a trabalhos braçais nas lavouras – e frequentemente castigados, fato omissso na obra. Se um negro apanhasse era porque havia merecido, o porquê do merecido a obra omite.

Ao escravo do campo a que era designado horas de trabalhos braçais com constantes ameaças de violência lhe parecia mais urgente a liberdade, em comparação ao escravo doméstico:

[...] a liberdade tornou-se um piquenique sem fim, um churrasco a cada dia da semana, um carnaval de ociosidade, furto e insolência. Os negros do campo chegavam aos bandos às cidades, abandonando os distritos rurais, que ficavam sem mão de obra para as plantações. Atlanta já estava lotada deles, e continuavam vindo às centenas, preguiçosos e perigosos em consequência da nova doutrina que lhes era ensinada [...]. (MITCHELL, 2000, p. 655)

O direito à liberdade oferecido àqueles que até então viviam sob controle dos sulistas causou um incomodo justificado no preconceito de que os negros tirariam certas vantagens para se vingarem de seus antigos donos. Além do racismo de sempre que colocava os negros como uma raça inferior de selvagens e baderneiros.



Fig. 10 – Grupo de negros livres em Richmond – Virgínia. Fonte: Library of Congress

A obra mostra a existência de negros considerados ruins pelo fato de aproveitarem a liberdade que receberam ao terem o direito a beberem e festejarem pelas cidades. Os negros arruaceiros também, segundo “E o Vento Levou”, tiravam o sossego de muitas mulheres sulistas que se encontravam desprotegidas depois de perderem seus maridos na guerra. O surgimento da Ku Klux Klan, segundo Mitchell, foi uma “trágica necessidade”.

Foi o grande número de ultrajes contra mulheres e o temor sempre presente pela segurança de suas esposas e filhas que levaram os homens sulistas a um estremecimento de fúria fria, provocando da noite para o dia o surgimento da Ku Klux Klan. E era contra essa organização sombria que os jornais do norte alardeavam com mais ruído, nunca percebendo a necessidade trágica que a criara. O norte queria todos os membros da Ku Klux Klan caçados e enforcados porque haviam ousado fazer justiça com as próprias mãos em uma época em que os processos normais de lei e ordem tinham sido derrubados pelos invasores. (MITCHELL, 2000, p. 656)

A Ku Klux Klan<sup>5</sup> é apresentada no livro “E o Vento Levou” como uma organização de homens de bem preocupados com a segurança de suas senhoras e crianças contra os negros que ameaçassem as colocarem em perigo – todo negro que não voltasse para seu dono após a guerra, era julgado como um negro ruim que significava ameaça à paz dos sulistas.



Fig. 11 – K.K.K. at tourists camp, 8/8/25. Fonte: Library of Congress

A obra “E o Vento Levou” transmite a ideia de que a Ku Klux Klan nada mais foi

---

<sup>5</sup> Ku Klux Klan (KKK) – do grego Kyklos, “círculo”–, criada em Nashville, em 1867. A ideia de círculo aparece como símbolo de sociedade secreta, fechada em si mesma. Ancorada numa antiga tradição de linchamentos de negros, a KKK combatia, além dos negros, os brancos liberais que apoiavam o fim da segregação, também chamados de negro lovers (amantes de negros, com duplo sentido), os chineses, os judeus e outras “raças” consideradas inferiores. ( KARNAL ... [et al.], 2007)

do que uma necessidade imposta aos sulistas temerosos de sofrer represálias por parte de negros libertos e de má índole – os negros que eram atacados pela Klan, eram sempre homens que de alguma forma já haviam ameaçado a segurança das mulheres. Desse modo, passava-se, uma imagem de que a Klan nada fazia para com os negros que não oferecessem ameaça, protegiam os brancos bons dos negros ruins que os atacassem.

Esse cenário, transmitido no livro “E o vento Levou”, em que negros libertos atacavam indefesas mulheres brancas, que por sua vez necessitavam dos bons homens da Klan para lhes proteger faz referência ao que se ocorria fora da ficção, ou que, pelo menos, era citado como se ocorresse. Essa situação de perigo que as mulheres brancas enfrentavam, foi tida como um das principais justificativas para a criação de um grupo de homens vistos como justiceiros pela sociedade sulista. Como aponta Karnal et al. (2007, p. 146):

A KKK colocava-se como uma entidade moralizante, de defesa da honra, dos costumes e da moral cristã. A prática pavorosa dos linchamentos era justificada por seus membros a partir de acusações de supostos estupros de mulheres brancas por negros (numa clara hierarquização da sociedade: a mulher, indefesa e inocente, estaria sendo vitimizada pelo negro, ser “inferior e bestial”, que precisava ser combatido pelos protetores dos “bons costumes”, os cavaleiros brancos da Klan.

Um dos momentos da obra “E o Vento Levou”, leva o leitor ao conhecimento do enfrentamento que alguns membros da Ku Klux Klan pretendem realizar a um acampamento de negros. O motivo é a tentativa de ataque sofrida pela protagonista Scarlett sofreu enquanto passava por uma região de acampamento, por um negro e por um branco pobre. A cena do ataque não é descrita. Apenas tomamos conhecimento por meio das mulheres que pertencem ao círculo de amizade da protagonista e que se reúnem junta da mesma para aguardar o retorno desses homens que fazem parte de suas vidas; e também da de Scarlett, que até o momento estava aparte do que se estava a ocorrer. A protagonista reage com desgosto e preocupação ao saber que seus amigos e marido pertenciam a Klan e agiram com a intenção de vingar o ataque que a ela ocorreu. Tal ação os colocavam em risco de serem descobertos pelos soldados nortistas que prometiam prender e enforcar membros da KKK por fazerem justiça pelas próprias mãos.

O produtor David O. Selznick, que possuía origem judaica e conhecia o poder de um discurso de ódio, por sua vez, garantiu que no filme não houvesse quaisquer

referências a Ku Klux Klan, orientando o roteirista Sidney Howard a deletar qualquer menção ao clã. A cena ocorreu da mesma maneira como descrita no livro, porém sem a necessidade de mencionar que aqueles homens faziam parte da KKK. Nas palavras de Selznick: “um grupo de homens pode sair para ‘pegar’ os perpetradores de uma tentativa de estupro sem ter longos lençóis brancos sobre eles e sem ter sua participação na sociedade como um motivo.”<sup>6</sup>

A composição do livro nos apresenta desde cenários de guerras mais amplos até o cotidiano sulista. A autora ao apresentar a KKK como um grupo de justiceiros, apenas incorpora numa micro-escala toda a estrutura de poder assimilada por séculos de opressão contra homens e mulheres negras. Com isso, a autora explicita o racismo não como uma condição de injustiça, mas como uma normalidade que se efetiva no simples cotidiano.

A guerra foi para a autora uma defesa incondicional de um tipo de civilização que foi forjada no sul dos Estados Unidos. Civilização que se tornou hegemônica até que os interesses do capitalismo industrial nascente nos Estados Unidos fossem mais lucrativos do que a exploração direta de seres humanos como máquinas e coisas para serem usadas.

Margaret Mitchell levou dez anos para escrever sua obra publicada em 1936 e David O. Selznick estreou seu premiado filme em 1939. Ambos lançaram suas obras em um período em que a segregação racial nos Estados Unidos era garantida por leis – popularmente conhecidas como Leis de Jim Crow.

Leis de segregação racial haviam feito breve aparição durante a reconstrução, mas desapareceram até 1868. Ressurgiram no governo de Grant, a começar pelo Tennessee, em 1870: lá, os sulistas brancos promulgaram leis contra o casamento inter-racial. Cinco anos mais tarde, o Tennessee adotou a primeira Lei Jim Crow e o resto do Sul o seguiu rapidamente. O termo “Jim Crow”, nascido de uma música popular, referia-se a toda lei (foram dezenas) que seguisse o princípio “separados, mas iguais”, estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. Em 1885, a maior parte das escolas sulistas também foram divididas em instituições para brancos e outras para negros. Houve “leis Jim Crow” por todo o Sul. Apenas nas décadas de 1950 e 1960 a Suprema Corte derrubaria a ideia de “separados, mas iguais”. (KARNAL et. al, 2007, p. 145)

---

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1999/12/gone-with-the-wind-and-hollywoods-racial-politics/377919/>

Com a segregação estabelecida por lei, o medo e a violência levaram a mão de obra negra do Sul a aceitar condições de trabalho e pagamentos que pouco se distanciavam da escravidão. Apesar da segregação racial ter sido estabelecida formalmente apenas nos estados do Sul, a vida para os negros nos estados do Norte também não ia muito de contra-mão ao que ocorria no Sul uma vez que as ideias racistas estavam impregnadas na cultura dominante. O Norte garantia ao negro liberdade social mas não agia para o tirar da margem da sociedade – a ascensão econômica e social do negro era dificultada quando a estes eram destinados trabalhos servis.

É nesse cenário de segregação racial, onde os negros não tinham sequer o direito de ocupar livremente os mesmos espaços que o homem branco, que a atriz Hattie McDaniel, a primeira mulher negra a ser nomeada ao Oscar (12 th Academy Awards) de 1940 pela sua performance como a personagem Mammy, em “E o Vento Levou”. A atriz levou o troféu na categoria de Melhor Atriz Coadjuvante. Devido as leis segregacionistas Hattie McDaniel teve seu lugar separado dos demais astros. Ao receber o prêmio mais importante do cinema, McDaniel declarou para a multidão: “Eu espero sinceramente ser sempre motivo de orgulho para a minha raça e para a indústria do cinema.”

Ao longo de sua vida Hattie McDaniel performou 74 personagens nos cinemas, os quais eram sempre de escrava ou empregada, sendo sua participação mais famosa em “E o vento levou”. Sepor sempre fazer personagens de domésticas por ser uma mulher negra lhe incomodava, Hattie McDaniel declarou: “por que eu deveria reclamar de ganhar 700 dólares por semana por interpretar uma empregada? Se eu não fizesse isso, eu estaria ganhando 7 dólares por semana sendo uma.”



Fig. 12 – Hattie McDaniel recebendo a Oscar pela indicação de Melhor Atriz Coadjuvante, 1940.

Desde o término da segregação racial no Estados Unidos, em 1963, os negros vêm lutando por lugares de representatividade na sociedade, seja através de personagens na literatura ou no cinema. Nesses espaços de entretenimento e ficção, inclusive nos dias atuais, são frequentemente associados com domésticas ou delinquentes, ou seja através de oportunidades de emprego onde ainda, a grande maioria é vista como apta apenas para trabalhos servis – herança do racismo ainda fortemente presente, mesmo que no subconsciente, da grande maioria da população branca.

O ressentimento de uma sociedade derrotada e o racismo tão presente em uma sociedade que ainda se encontrava dividida, conseguiu eleger em 1913 o primeiro presidente sulista, Woodrow Wilson (1913-1921). Wilson implantou um programa de segregação racial nos espaços públicos, dando voz a justificativa dos sulistas de que a guerra teria sido em defesa da união dos estados e pelas diferenças entre negros e brancos. Essa memória que coloca os sulistas como vítimas, serviu para forjar o acontecimento da Guerra Civil como uma causa unificadora.

O movimento pela defesa dos direitos civis dos negros eclodiu nos anos 1960 ao lutar pelo fim da segregação racial e do preconceito, e também reclamando o direito do negro à identidade americana. Após cem anos do início da Guerra Civil e após cinquenta anos da consolidação da segregação racial, o então presidente John Kennedy, em 1964, aprovou a Lei dos Direitos Civis que garantia ao negro americano os mesmos direitos a espaços e educação que seus compatriotas brancos.

A conquista dos direitos civis pelos negros gerou fortes resistências por parte dos confederados que acreditavam que os negros ameaçavam os valores do homem branco, como: o individualismo e a ética protestante (disciplina, obediência, ética no trabalho, busca por ascensão financeira) que eram a base da sociedade sulista. O negro era visto como uma ameaça a cultura dominante, uma vez que acreditavam que ele não podia ser capaz (por descender de uma raça não branca) de possuir as mesmas ambições e disciplina que o branco.

Cento e cinquenta anos após o término da Guerra Civil e da libertação dos escravos, Barack Obama foi o primeiro negro a tomar em posse do cargo da presidência de um país que ainda lida com crescentes movimentos em defesa da supremacia branca e da segregação racial. Um país onde os estados confederados ainda mantêm viva as comemorações e homenagens a seus antepassados e as justificativas que levaram eles à guerra, colocando em evidencia o quão forte a dissimulação da história através da memória coletiva pode ser usada como justificativa em defesa da superioridade de uma raça em relação a outra.

## CAPÍTULO 3

### MEMÓRIA E HISTÓRIA

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo do eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1984, p.9)

Como entende Moço (2018, p.4), os sulistas após a Guerra Civil voltaram sua atenção para seu próprio passado, com uma concentração tão grande que o culto da história se tornou um ingrediente perene e fundamental da cultura sulista. Através de monumentos, sociedades patrióticas, canções, versos, celebrações comemorativas e reminiscências informais, eles conservaram diante da juventude sulista o glorioso passado recente em que o Sul se levantou no limiar da grandeza. Especialmente, procuram de fato explicar e justificar seus atos do passado aos seus contemporâneos e a posteridade por meio de escritos históricos.

Aqueles que defendem a permanência de monumentos confederados como representação de uma “causa perdida”, reforçam a memória errônea de que o Sul, ao entrar na guerra, estava lutando pela permanência de seus valores pautados na ética protestante e no direito constitucional de cada estado poder governar dentro de suas próprias fronteiras. Na verdade estão defendendo o direito a herança do trabalho escravo, da segregação racial e da supremacia branca, que não tem como ser separada do estilo de vida do antigo sul.

Ademais, a posse de escravos em si trazia status social e prestígio a seus detentores em uma ordem escravista. Para os proprietários, seus escravos ‘... eram uma fonte de poder, de orgulho e prestígio, um dever e uma responsabilidade, um privilégio e uma custódia; a escravidão era o alicerce de uma civilização especial impressa com seu próprio caráter. Para eles, a defesa da escravidão significava a defesa de sua própria honra e dignidade, que eles viam como a essência da vida. [...] Quando os proprietários de escravos se levantaram numa insurreição sabiam o que estavam fazendo, no sentido mais completo, estavam lutando por suas vidas.’ (GENOVESE, 1976, p. 228)

Essa memória construída com ajuda de símbolos que pendem apenas para um lado daqueles que fizeram parte da história, ajuda no apagamento de uma memória que não é exposta com tanta pompa e monumentos imponentes. Esses monumentos confederados foram erguidos entre 1890 e 1920, para simbolizar o fim do período da Reconstrução (1865-1877) e a ascendência da supremacia branca que conseguiu estabelecer em seus estados a segregação racial – já que o Norte, após a Reconstrução, permitiu que o Sul resolvesse internamente seus problemas raciais.

A Causa Perdida do Sul na Guerra de Secessão tornou-se um mito. Seu apelo foi sentido nacionalmente. A defesa dos sulistas era de que lutaram pela soberania dos estados e pela diferença intrínseca entre brancos e negros. Os nortistas logo após o fim da Guerra consideraram que esse direito era inato a todos os americanos. A individualidade, o ímpeto pessoal e a defesa pelas diversas formas de independência reconciliaram os antigos adversários. Encontraram nessa identidade comum seu esteio. No entanto, as leis segregacionistas foram a vitória do Sul. (MOÇO, 2018, p. 7)

Além dessas estátuas transmitirem uma única imagem do Sul – reforçando a imagem de um passado glorioso apenas para os homens brancos – elas nos fazem esquecer que nem todos os sulistas eram senhores de escravos e que nem todos abraçaram a causa dos Estados Confederados, que buscavam a separação da União – foi uma guerra entre a Confederação e os Estados Unidos (União) e não entre o Sul e o Norte. Ademais esses monumentos ignoram os sentimentos e opiniões da população negra, vítima dos confederados, visto que foram erguidos durante uma época em que os negros não tinham voz política dentro de uma sociedade segregada – o que representa que não houve um processo democrático para se decidir quais monumentos seriam representantes do velho Sul.

A bandeira, símbolo da Confederação (composta por 11 estados sulistas) durante

a Guerra Civil passou a ser adotada por sulistas defensores do velho Sul – assim, como as estátuas em homenagem a Confederação – como um símbolo que significa a rebeldia dos seus ancestrais que lutaram pelo direito da autonomia dos estados sulistas. Os apreciadores da Confederação utilizam como argumento para a exibição desses símbolos como sendo parte do patrimônio deixado pelos seus antepassados que se rebelaram contra as políticas impostas pelos estados do Norte, e que não possuem nenhum laço com a escravidão. *Heritage! Not hate* (Herança! Não racismo) é o lema daqueles que defendem o direito de exibirem esses símbolos.



Fig. 13 – Grupo de estudantes, alguns segurando uma bandeira confederada no ar, protestam contra a chegada de James Meredith (ativista dos direitos civis dos negros) na Universidade do Mississippi, 1962. Fonte: Library of Congress.

A respeito da adoção desses símbolos como herança e patrimônio por sociedades sulistas e da desvinculação desses símbolos com a escravidão, Blight (2018) faz a seguinte colocação:

História e memória não são a mesma coisa. A história é baseada em pesquisa fundamentada. A memória nasce de grupos e é forjada de inúmeras formas; transmitido de geração em geração, tende a ser mais emocional e sagrado. A “herança” pode nos fazer querer possuir um passado, uma história, um lugar contra todas as outras narrativas ou interpretações possíveis. Uma pessoa que usa um símbolo em público ou de maneira oficial deve entender como o público vê suas ações. Sempre haverá mais memória do que história, mas aqueles de nós que são devotados ao ofício da história têm uma profunda responsabilidade de repelir a memória, mesmo quando genuinamente respeitamos seu poder. (tradução nossa).<sup>7</sup>

É necessário que os atuais defensores de símbolos confederados reconheçam que com o passar do tempo as visões de mundo mudam a partir do momento que são incorporadas novas informações e compreensões do fato histórico ocorrido. Do mesmo modo que hoje, diferente dos antigos sulistas, temos discernimento para não aceitar qualquer tipo de escravidão e discriminação racial. Não devemos permitir que memoriais públicos de pessoas e símbolos que estiveram por trás da escravidão sirvam de culto a uma época em que o homem negro tanto sofreu nas mãos do homem branco. Como observa Blight (2018) quando questionado a respeito:

Uma comunidade ou instituição que contempla remoção, alteração ou realocação de monumentos deve criar um corpo que inclua um historiador ou dois para pesquisar as origens e o significado do monumento. Não evite as circunstâncias políticas. Deixe que muitas vozes sejam ouvidas. Em segundo lugar, aborde este processo com humildade histórica e moral. A estátua odiada de uma pessoa pode ser sagrada para outra. Nenhum de nós é puro em nossos motivos. Tenha a coragem de saber que a mudança deve ocorrer – às instituições, às ideias e normas, à memorialização, ao nosso entendimento da própria história. Você não pode “mudar a história”, mas somos todos responsáveis por dizer ao mundo como interpretaremos a história na praça pública. Antes de agir, aprenda mais história. Não tema a perícia histórica nem se preocupe com estética ou trauma, sobre a noção do sagrado. Precisamos pensar não apenas com nossas identidades, mas com mentes informadas.(tradução nossa).<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> History and memory are not the same thing. History is based on reasoned research. Memory is born of groups and forged in myriad ways; passed down generation to generation, it tends to be more emotional and sacred. “Heritage” can make us want to own a past, a story, a place against all other possible narratives or interpretations. A person using a symbol in public or in official ways must understand how the public views their actions. There is always going to be more memory than there is history, but those of us who are devoted to the craft of history have a deep responsibility to push back against memory even as we genuinely respect its power.

<sup>8</sup> A community or institution contemplating removal, alteration, or relocation of monuments should create a body that includes a historian or two to research the monument’s origins and meaning. Don’t avoid the political circumstances. Let many voices be heard. Second, approach this process with historical and moral humility. One person’s hated statue might be sacred to another. None of us are pure in our motives. Have the courage to know that change does and must occur—to institutions, to ideas and norms, to memorialization.

Atualmente existem cerca 700 estátuas confederadas em espaços públicos; predominantemente em estados sulistas. São 109 escolas públicas que carregam nomes de ícones confederados, 6 estados que possuem feriados oficiais em homenagem a generais e soldados confederados, 10 bases militares nomeadas em honra a líderes militares confederados.<sup>9</sup> Um museu pode ser considerado como melhor destino para se preservar os monumentos desses passado. Mantê-los em um museu garantirá a preservação da obra histórica e ao mesmo tempo prestará o serviço de informar para quem ali se interessa, a verdadeira história por trás de determinado memorial, sem instigar a propagação de falsas memórias e cultos racistas em torno de um símbolo de opressão que se encontraria em um pedestal em praça pública.

Para não cometer injustiça ao retirar um monumento que possa significar algo para as pessoas que naquele determinado local habitam, a realização de uma votação entre os cidadãos locais pode satisfazer a democracia. Entretanto, os resultados nem sempre podem sair a favor do grupo que vê determinado monumento como lembrança de uma opressão passada e troféu de uma opressão que ainda se faz presente.

Além de bandeiras e monumentos, a memória confederada é exaltada através de comemorações que buscam homenagear e exaltar, não apenas os sulistas que na guerra lutaram, mas também o modo de vida aristocrático do Sul pré-Guerra Civil. As comemorações a respeito do 150º aniversário de início da Guerra da Secessão, ocorreu, em setembro de 2010. Em diversos territórios dos estados do Sul houerm bailes onde os participantes se vestiam a caráter para relembrar os bailes das aristocracias do antigo sul. Ademais, desfiles em homenagem a generais confederados e a Jefferson Davis; adotado como o presidente do que chamavam de Estados Confederados.

Por que comemorar o início de uma guerra ao invés do término? É compreensível o lado perdedor não exaltar aqueles que os derrotaram e que foram os responsáveis pela ruína de sua sociedade e modo de vida. Entretanto, essa foi uma derrota apenas para uma parte de sua população, pois para os negros sulistas, a derrota da Confederação significou o término de sua escravidão.

Compreensível que a sociedade de veteranos sulistas do período pós-guerra, onde o

---

to our understandings of history itself. You can't "change history," but we are all responsible for telling the world how we will interpret history in the public square. Before acting, learn more history. Don't fear historical expertise or worry about aesthetics or trauma, about the notion of the sacred. We need to think not only with our identities but with informed minds.

<sup>9</sup> Fonte: Southern Poverty Law Center Study. Acesso: <https://www.splcenter.org/>

negro apesar de livre ainda era considerado inferior ao branco perante a lei, ainda mantivesse homenagens aos seus antepassados confederados e sentissem um elo com o passado não tão distante onde ainda o negro era tido como sua propriedade.

Entretanto, hoje no século XXI com a difusão do conhecimento que a História tem a respeito de como era a vida do negro no antigo sul e de como essa raça foi inferiorizada pelo homem branco, apenas para justificar sua vaidade em se considerar superior, não se faz compreensível que festas ainda sejam celebradas em honra de uma sociedade que nada mais fez durante sua existência. Além de se considerar superior o suficiente para escravizar aqueles que lhe pareciam diferentes para que lhe garantissem a manutenção de seu sistema econômico.

O saudosismo em relação à memória Confederada também é celebrado no Brasil por meio da Festa Confederada que ocorre anualmente no município de Santa Bárbara d'Oeste, localizado no estado de São Paulo. O município mantém memoriais e comemorações em homenagem a um estilo de vida pertencente a seus antepassados, que após o término da guerra e a ruína de seu sistema econômico, encontraram no Brasil escravista uma oportunidade de recomeçar. A festa que ocorre desde de 1986 busca celebrar a cultura que existia no Sul dos Estados Unidos antes da eclosão da guerra. As atuais gerações dos descendentes americanos celebram a cultura dos seus antepassados como forma de homenageá-los e de declararem seu orgulho por descenderem de povos estadunidenses.

Anualmente a população de Santa Bárbara d'Oeste se reúne para hastear a bandeira confederada, saborear típicos pratos sulistas, usam roupas da época e dançam ao som de canções típicas do velho Sul aristocrata, como a famosa *I wish I was in Dixie* – canção adotada como hino pelos Estados Confederados da América durante a Guerra Civil. A canção citada, apresenta, em sua letra, o ponto de vista de que a escravidão era uma instituição moralmente positiva, até mesmo para o escravo que mesmo depois de livre sente saudades de *Dixieland*, de suas plantações e de seus senhores brancos.

Preservar a memória de nossos ancestrais é um ato que nos leva a um passado que por não ter sido vivido se torna idealizado. Essa idealização do não vivido nos leva a fantasiar um pretérito melhor do que o presente. Não por de fato ter sido melhor em questões econômicas e sociais, mas por estarmos ligados a ele através de nossos antepassados – que por consequência das escolhas deles, existimos e acreditamos ter um dever moral de saudá-lo e relembra-lo mesmo que no meio do caminho a presença de

esquecimentos se faça necessário para não mancharmos a memória que nos satisfaz.

A partir de vídeos<sup>10</sup> e notícias disponibilizados na internet pelos moradores de Santa Barbara d'Oeste e participantes da Festa Confederada, é perceptível a visão “inocente” que essas pessoas possuem sobre a história e do perigo em se celebrar um ideal de cultura sem a realização de uma análise crítica dos fatos históricos. Descendentes de antigos defensores da escravidão preocupam-se em relembrar e transmitir para suas futuras gerações apenas as coisas boas do antigo Sul estadunidense sem realizar uma reflexão de que a boa vida bucólica que os brancos usufruíam só era possível graças a escravização da mão de obra do negro, que eram vistos como meros animais destinados a servir o homem branco.

Como enfatiza De Decca (1992 apud GUSSEI, 1996, p. 179) a partir da análise da obra de Pierre Nora, o que os grupos sociais incorporariam seria uma fórmula-híbrida: “a memória-histórica”. Não se trataria de um simples resgate da memória, mas sim de uma memória voluntária, construída por ter perdido o referencial vivido, tornando-se uma percepção histórica do vivido. Não se trataria também da história, uma vez que se perdeu o que é a marca do trabalho do historiador, ou seja, a dimensão crítica. Seria, antes de tudo, o meio termo entre memória e história que espera e induz a lembranças e a esquecimentos sobre os quais se reformulam as identidades.

Ao hastear e idolatrar uma bandeira tida como símbolo de uma sociedade racista, está sendo ignorada e esquecida a história de um grupo que tanto foi oprimido e silenciado. Ignora-se os sentimentos do negro em relação a essa sociedade e época onde ele era visto como menos que um ser humano, ou seja, existia apenas para garantir a vida aristocrata e saudosa do homem branco. Ignora-se que desde o século XIX até a atualidade, grupos supremacistas brancos exibem com orgulho a bandeira confederada como símbolo de seu movimento anti-negro.

---

<sup>10</sup> Link do site oficial da 30ª Festa Confederada: <http://festaconfederada.com.br/>



Fig. 14: Estátua em homenagem ao general confederado Robert E. Lee, localizada no Market Street Park em Charlottesville, Virgínia.

Essas questões ainda são vivas e dolorosas para os estadunidenses, pois os impasses morais sulistas e nortistas estão presentes cotidianamente em várias cidades dos Estados Unidos. No início do ano de 2017, na cidade de Charlottesville, no estado sulista da Virgínia, houve um impasse sobre a retirada da estátua do general das tropas confederadas, Robert E. Lee, que se encontrava exposta desde 1924 em um parque que em seu nome faz referência à Confederação (Emancipation Park/Lee Park). A administração local, pressionada pelos movimento negro e movimento de direitos civis, tomou consciência de que o símbolo de um general que lutou contra o fim de uma sociedade escravista provocava insatisfação por parte de seus cidadãos negros.

O anúncio sobre a retirada de um monumento histórico, gerou controvérsias não só por parte dos habitantes da cidade, mas também entre todos aqueles que defendem a permanência de símbolos confederados – seja por estarem apegados a um símbolo material que estão familiarizados, ao significado por trás dele ou pelo direito à liberdade de expressão.

Considerado um dos maiores encontros de supremacistas brancos nos Estados Unidos, sob o lema Unir a Direita, a Manifestação *Unite the Right*, reúne centenas de membros da extrema direita americana. Entre eles neonazistas, nacionalistas brancos, membros da KKK e neo-confederados, liderados pelo grupo supremacista branco Alt-Righ. Estes se reuniram em Charlottesville para protestar contra a retirada da estátua do General Robert E. Lee considerado, para eles, um símbolo histórico do poder branco

confederado. A manifestação também reuniu opositores à direita supremacista e defensores dos direitos civis dos negros, gerando um violento choque de posições, resultando uma vítima em um acidente fatal provocado por um dos membros das *Unite the Right*.

Na noite anterior do violento confronto, os supremacistas brancos que chegavam à Charlottesville, reuniram-se na Universidade da Virgínia onde se encontra a estátua de Thomas Jefferson – considerado um dos pais fundadores dos Estados Unidos. Jefferson, ao mesmo tempo que clamava que todos os homens nasceram iguais, também possuía escravos. Havia centenas de homens e mulheres brancos carregando tochas em alusão às antigas marchas da Ku Klux Klan, enquanto proclamavam frases de ódio contra negros, gays, judeus e imigrantes – grupos estes que, segundo a extrema direita, estão usurpando e ameaçando os espaços do homem branco na sociedade norte-americana, uma nação fundada por homens brancos.

A respeito da estátua de Robert E. Lee em Charlottesville, até o presente momento a decisão a respeito da retirada ou permanência do monumento segue em discussão judicial sem previsão para a decisão definitiva. Além da estátua de Robert E. Lee, a decisão judicial também abrange o futuro da estátua de Thomas Jonathan Jackson, lembrado por ser um dos principais oficiais das forças armadas Confederada. Sua estátua encontra-se no Jackson Park, localizado no distrito histórico de Charlottesville.

Meses depois do ocorrido em Charlottesville, alguns estados sulistas começaram uma silenciosa retirada de estátuas confederadas de locais públicos temendo o risco que suas populações poderiam cometer atentados por parte de grupos supremacistas brancos. Esses grupos cultuam veementes símbolos confederados e lutam para que a segregação entre negros e brancos novamente se instaurem.

O século XXI não abandonou ainda o século XIX, pois os conflitos ainda estão presentes e são justamente esses conflitos que fundamentam a base do pensamento nacional dos Estados Unidos. O exemplo de Charlottesville é uma evidência de uma memória que ainda está em construção e em disputa, pois a hegemonia dessa memória precisa ser apresentada historicamente e essa história não pode ser consolidada se não existir uma memória ampla e referendada socialmente. A memória desse conflito e das questões estéticas e morais apresentadas pela autora do livro “E o Vento Levou” tentam consolidar uma forma de executar a história, esses conflitos em pleno século XXI não aceitam o fim da guerra, ou melhor a derrota ou vitória da mesma.

Neste sentido, a luta por memória e sua validação histórica passa por diversas fontes, desde as estátuas até a literatura. Assim, além de levantar monumentos e consolidar comemorações, o final do século XIX, ainda carregado de tensões após o término de uma guerra que manteve unida a nação perante a constituição, evidenciou seu dualismo em relação ao modo de vida. Fez emergir uma literatura que funcionou como válvula de escape do novo mundo industrializado que se desenvolvia. Uma literatura nostálgica que cultuava os campos de algodão e a vida pacata do Velho Sul, Um mundo perdido que se apresentava perfeito em vista da agitação das cidades.

Os leitores americanos passaram a amar a guerra, argumentou Tourgée, porque em meados da década de 1880 a cultura política havia praticado uma combinação perversa de “esquecimento” e “sentimentalismo mórbido” sobre o conflito. No interesse da reconciliação, questões de “certo” e “errado” na guerra e suas consequências foram praticamente banidas do discurso político durante e após a Reconstrução. A própria essência do significado e da responsabilidade da guerra era, na opinião de Tourgée, sacrificada no altar da reunião. A “benignidade incomparável” do povo americano, escreveu ele, “foi tão longe que até houve uma tendência a esquecer completamente o fato de que uma guerra não poderia ser travada para a preservação da União, a menos que alguém fosse responsável pela tentativa de destruí-la.” (BLIGHT, 2001, p. 219) (tradução nossa)

Essa literatura surgida da necessidade de se desvincular do presente banal e fastidioso, transportou indivíduos detentores de um cotidiano agitado e corriqueiro dos anos 30 dos Estados Unidos diretamente para uma bucólica vida campestre, onde as moças usavam bonitos vestidos e a vida era levada sem aparente preocupação. Uma época para se viver bastante atrativa para qualquer um, do Norte ao Sul, principalmente para aqueles que estivessem estressados com cidades modernas e barulhentas. Uma vida atrativa para alguém que fosse branco, pois o negro não possuía motivos para tantas saudades de uma vida que o excluía enquanto pessoa e nem motivos para se encantar com uma literatura que o esquecesse. Uma literatura que esquecia sua dor e que trata sua história como mero enfeite para garantir que os protagonistas brancos pudessem aproveitar a história onde gozam de sossego e tempo livre para se dedicarem aos mais diversos prazeres da ociosidade.

Os negros eram escalados em um dos dois papéis, observou Tourgée. Ou eles eram o “escravo devotado que serve e se sacrifica por seus senhores”, ou o “pobre negro” a quem a liberdade trouxe apenas

desgraça. De fato, o escravo fiel, e seu primo mais velho, o infeliz liberto, eram os protagonistas das *plantations* do sentimentalismo. Sua ação era indispensável na literatura da reconciliação. Onde os afro-americanos poderiam procurar um passado nobre e significativo? Tourgée parecia perguntar com uma honestidade penetrante. “Para o americano Negro, o passado é apenas a escuridão repleta de horrores inimagináveis”, afirmou. “Antepassados ele não tem nenhum.” (BLIGHT, 2001. p. 220)

A respeito da personagem do negro, a obra “E O Vento Levou” a autora Mitchell e do produtor cinematográfico Selznick aparenta se preocupar em minimizar a utilização de alguns estereótipos raciais propagados desde o século XIX, como, por exemplo, ao colocar Mammy em uma posição em que esta possui o respeito e admiração de sua senhora. Desse modo, a autora vai em direção oposta as obras da época em que o negro era retratado como um completo ignorante que possui o comportamento espalhafatoso como o de uma criança, utilizado sempre como alívio cômico para as histórias dos brancos.

Entretanto, a autora falha ao inserir em sua obra estereótipos já mencionados no capítulo anterior e ao reforçar a ideia racista de que os negros eram felizes com a escravidão e pouco se interessavam em lutar por sua liberdade. A maneira de como seus personagens brancos se referem a alguns negros como macacos e gorilas, ou o preconceito racial presente em uma fala como a de Scarlett se referindo ao seu escravo “A língua cor de melancia se projetou para fora, o corpo todo se agitou e suas contorções de alegria eram tão ridículas quanto as cabriolas de um mastim.” (MITCHELL, 2000, p.776), levaram o produtor Selznick a excluir esse tipo de tratamento de seu filme. Entretanto, manteve em seu roteiro palavras como “nigger”<sup>11</sup>, vocábulo que os escravos da obra de Mitchell utilizavam para se referirem um ao outro. E a palavra “darkies”<sup>12</sup>, que era utilizada pelos personagens brancos ao se referirem aos negros.

Apesar da inserção de vários elementos racistas, a obra “E O Vento Levou” não deixa de ser importante no sentido de nos fazer refletir sobre o passado e de como o racismo existia de modo tão natural que os opressores justificavam a opressão como uma necessidade básica e indiscutível para a manutenção de seu modo de vida.

A construção da obra também revela o quanto a memória preconceituosa de uma

---

<sup>11</sup> Gíria utilizada entre os afroamericanos para se referirem uns aos outros mas que ganha tom depreciativo e ofensivo quando utilizada por um branco para se referir ao negro, uma vez que essa palavra era utilizada na época da escravidão para se referir ao negro como seres inferiores.

<sup>12</sup> Gíria ofensiva utilizada para se referir a pessoas negras.

sociedade dividida pela cor da pele estava impregnada na mentalidade dos brancos. Ainda quase um século após a abolição da escravidão, continuou reproduzindo obras com teores racistas nem sempre intencionalmente, mas – apenas reproduzindo um certo tratamento ao negro que foi passado como sendo algo “natural”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho procurou-se analisar a influência da literatura, especificamente na obra “E O Vento Levou” (tanto livro quanto filme), na criação e perpetuação de uma história da Guerra da Secessão e também da escravatura contada e romanceada a partir do ponto de vista daqueles que pertenciam ao lado opressor. As personagens sulistas e a vida no velho Sul dos Estados Unidos, pré-guerra, retratadas na obra, podem ser vistas como um reflexo da memória que os confederados e seus descendentes tentaram (e tentam) forjar a respeito da escravidão e da vida nos campos de algodão.

Considerando que a autora, Margaret Mitchell, nasceu e foi criada no Sul segregacionista, não fica difícil de compreender sua obra. Sua compreensão sobre o Sul escravagista era, até certo ponto, limitada as histórias de uma falsa memória que ela cresceu ouvindo.

Cada um dos capítulos foram pensados para costurar um estudo que sinalize a postura da autora da obra em oposição a uma crítica escravista. Desta forma, a crítica que tentamos efetivar não se dá apenas no conteúdo dos capítulos, mas, sobretudo, pelo consórcio entre a estética que foi produzida e uma estética que ainda se produz pela efetivação de uma leitura romanceada da realidade com a qual nos deparamos e efetivamos uma crítica geográfica.

A crítica geográfica não está sinalizada pelas categorias de forma positivista, mas empreendemos as reflexões na estética e na ciência com vistas a compreender o processo de forma total, sem nos distanciarmos das questões do tempo presente.

Esse trabalho aparenta ser de uma história de um livro, mas, na verdade, é como esse livro e filme aprofundaram questões as quais edificaram sentidos para a humanidade no projeto de exploração do ser humano para com o ser humano. Em outras palavras, esse trabalho buscou aprofundar o livro nos embates do tempo presente. Tempos sombrios e degradantes. Tempos de democracia em crise e com o perigo de um retorno sistemático e brutal para uma ditadura no Brasil.

Concluimos esse trabalho com a certeza que o mesmo operacionaliza questões para refletirmos a democracia, os direitos humanos e a igualdade étnica. De outra forma podemos dizer que esse trabalho presta um serviço para a defesa dos direitos humanos

ao apresentar a obra “E o Vento Levou” por uma leitura humanística que versa sobre a liberdade plena.

É um trabalho de denúncia das questões estéticas que avolumam sobre a ciência, pois a influência no modo de pensar cientificamente tem antecedentes estéticos. Desta maneira, a obra de Mitchell tem impacto em muitos teóricos das ciências humanas, podendo até mesmo trazer a escravidão como algo brando. Para isso basta lermos a obra Kátia de Queirós Mattoso: “Ser escravo no Brasil”, lançado em 1982.

A obra citada, naturaliza a escravidão e torna o escravo não mais uma mercadoria, mas um sujeito social que teve a “infelicidade” de nascer negro. Essas questões equivocadas, apresentadas por Mattoso, nos revelam o alcance da obra de Mitchell. Ao mesmo tempo em que nos promove a obrigação de sermos críticos contundentes contra qualquer forma de naturalização social, pois tudo é um processo cultural fundamentado historicamente.

A história que aqui apresentamos escrita por Mitchell foi uma forma de tecer a crítica ao que é estabelecido. Esse trabalho procurou a radicalidade das questões da liberdade e do direito humano. Não se pode permitir que o saudosismo a uma época onde os costumes e valores de uma sociedade estavam, economicamente e socialmente, apoiados na escravidão, afete nossa memória e nos impeça de perceber o quanto disso colabora para a opressão que o negro sofre até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLIGHT, David W. **Race and Reunion: the civil war in American memory**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

ERNSBERGER JR., Richard. **The Civil War spawned a heroic myth that masked the true story**. Disponível em: <http://www.historynet.com/confederate-statues-making-losing-romantic.htm>. Acessado em 21-08-2018.

GENOVESE, Eugene D. **A terra prometida: O mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão. **Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

Malcom X; HALEY, Alex. **Autobiografia de Malcolm X: com a colaboração de Alex Haley**. Rio de Janeiro: Record, 1992. Tradução de A. B. Pinheiro Lemos.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A Crise em Perspectiva: 1929-2008**. Novos Estudos: Cebrap, São Paulo, v. 27, n. 3, p.57-66, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/03.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MITCHELL, Margaret. **E o Vento Levou**. Tradução de Francisca de Basto Cordeiro. São Paulo. Itatiaia Editora. 2000.

MOÇO, A. C. P. **Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América: resistências, memória e esquecimento**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

MORGAN, Edmund S. **Escravidão e Liberdade: o paradoxo americano**. Tradução: Almiro Pisetta. Novos Estudos: Cebrap, São Paulo, v. 38, n. 14, p.121-150, Mai/Ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n38/v14n38a07.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Revista I La. République (p. XVIII- XLII), Paris: Ed. Gallimard, 1984 –Trad.: Yara Aun Khoury.

RAMOS, Marjorie de Nardi. **As forças da tradição no vento da renovação**: a temporalidade representada pelas principais personagens femininas do romance ...e o Vento Levou (1936) (Gone With the Wind) de Magaret Mitchell. 2012. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

**E O Vento Levou**. Direção: Victor Fleming. Produção: David O. Selznick. Intérpretes: Vivien Leigh, Cláudio Gable, Olivia de Havilland, Hattie McDaniel. Roteiro: Sidney Howard. Atlanta: Selznick International Pictures; Metro-Goldwyn-Mayer, 1939. 238 min.